

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.474 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2002

Projeto que reduz maioria penal vai hoje a votação

A Comissão Mista de Segurança Pública deve votar hoje proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. De autoria do senador Iris Rezende, o texto provocou muito debate na reunião de ontem da comissão.

Lei orgânica de polícias e bombeiros está na pauta

Após ter aprovado a unificação das polícias civis e militares, a Comissão Mista de Segurança Pública iniciou o exame do projeto de lei orgânica das polícias e do corpo de bombeiros.

PÁGINA 5



José Cruz

Bernardo Cabral vê distorção entre o número de vereadores e o de deputados estaduais

Proposta corrige distorção no número de deputados estaduais

PÁGINA 3

Comissão aprova capital estrangeiro na mídia

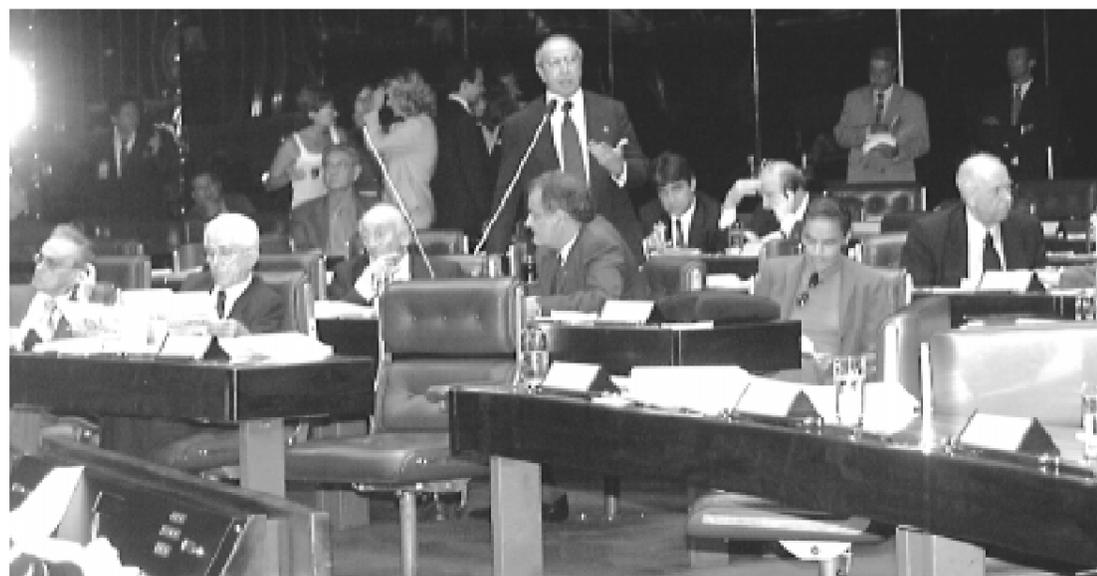
Proposta de emenda constitucional deve ser votada agora, em dois turnos, pelo Plenário do Senado. Texto acolhido na Comissão de Justiça abre possibilidade de participação de até 30% de investimento estrangeiro nas empresas

PÁGINA 7



José Cruz

Proposta de participação de capital estrangeiro na mídia provocou longo debate antes da votação na CCJ



Genilfo Magalhães

Fundo pode garantir recursos para recuperar São Francisco

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A proposta, de autoria de Antonio Carlos Valadares, segue agora para a Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Plenário aprovou por unanimidade a criação do fundo para a revitalização do Rio São Francisco

Senado aprova projeto que inclui a orientação sexual no currículo escolar

A proposta, que vai à sanção, estabelece também a implantação no ensino fundamental e médio de programas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e ao uso de droga

O Plenário do Senado aprovou ontem, ao derrubar parecer da Comissão de Educação (CE) contrário à matéria, projeto de lei determinando que a União, estados e Distrito Federal deverão proporcionar meios de implementação, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e de Prevenção ao Uso de Drogas.

A proposta tramitava em caráter terminativo na CE, mas recuou de vários senadores deter-



Emilia Fernandes lembrou o aumento do uso de drogas entre adolescentes

minou sua votação em Plenário. As senadoras Marina Silva (PT-

Célio Azevedo

AC) e Emilia Fernandes (PT-RS) defenderam a aprovação do projeto. Marina argumentou que o texto amplia a contribuição das escolas na prevenção de doenças e drogas. Já Emilia citou dados do Ministério da Saúde que atestam o aumento do uso de bebidas e drogas entre adolescentes.

Em seu relatório, aprovado na comissão, o senador Tião Viana (PT-AC) afirma que os três temas do programa "já se encontram exaustivamente tratados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, de forma bastante avançada, inclusive com recomendações

de abordagem interdisciplinar e transversal".

Para ele, deve-se ter cautela na introdução de componentes nos currículos escolares, já que, "dadas as deficiências de qualidade da maioria das escolas brasileiras, é preciso evitar que sejam tomadas decisões que não correspondam aos procedimentos recomendados pelos educadores e que não contribuam efetivamente para corrigir problemas que afligem a sociedade".

O projeto, da deputada Iara Bernardi (PT-SP), segue agora para sanção presidencial.

Empréstimo para Pernambuco na pauta de hoje

O Senado decide hoje se autoriza a União a dar ao governo de Pernambuco aval para a contratação de empréstimo de US\$ 90 milhões no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Se aprovado o pedido, os recursos serão contratados com quatro anos de carência, devendo ser pagos em 20 anos, vencendo a última prestação no final de 2026.

O empréstimo é destinado a financiar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. De acordo com o contrato, o governo pernambucano compromete-se a dar contrapartida de recursos de US\$ 60 milhões. A matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Comissões voltam a analisar uso do silicone

O projeto de lei que impõe restrições ao uso médico das próteses de silicone vai retornar às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, e terá em ambas o mesmo relator, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A CAS voltará a examinar o assunto porque foi apresentada, em Plenário, emenda do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que proíbe o uso de próteses de silicone em menores de 18 anos. A CCJ será consultada pelo fato de o projeto prever penalidades para determinadas aplicações do produto.

O projeto é um substitutivo de Sebastião Rocha a proposta da Câmara. Rocha adiantou que acolherá a emenda de Nabor Júnior. Segundo ele, em menores de 18 anos pode ser utilizada a prótese de soro fisiológico, como se faz nos Estados Unidos, com autorização da FDA, órgão norte-americano de controle de medicamentos.

Pelo substitutivo, que será no-

vamente votado pelo Plenário antes de retornar à Câmara, o silicone somente poderá ser utilizado com indicação terapêutica precisa, e desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tenha autorizado o uso e estabelecido critérios quanto à dose, concentração e forma de aplicação. Segundo Rocha, a intenção é permitir que a Anvisa passe a atuar de forma similar à da FDA.

A agência norte-americana, segundo Rocha, mantém permanente monitoramento do uso do produto, por meio do recebimento de reclamações de todos os setores da sociedade, e emite documentos com informações sobre os diversos casos reportados e os estudos científicos sobre o tema.

O consentimento livre e esclarecido do paciente, no caso de utilização de implantes e próteses que contenham silicone gel e silicone injetável, além da exigência da exibição da bula ao paciente antes da cirurgia,

é uma das exigências estabelecidas por Sebastião Rocha no substitutivo.

Foram as manifestações de oftalmologistas, durante debates na CAS, sobretudo com relação ao uso do óleo de silicone nos casos de retinopatia (deslocamento de retina),

que convenceram Sebastião Rocha da necessidade de criar uma exceção à proibição contida no artigo 1º do projeto original. De acordo com o projeto, todos os profissionais médicos seriam proibidos de aplicar silicone líquido no organismo humano.



Nabor Júnior quer proibir o uso de prótese de silicone em menores de 18 anos

José Cruz



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Ciraldo de Oliveira Reis, presidente da Abradecar, acompanhado dos campeões olímpicos paraplégicos.

10h30 — Recebe o deputado federal Ronaldo Vasconcelos e os deputados estaduais Antonio Júlio (MG) e Anderson Adauto (MG).

10h45 — Recebe Cláudio Nascimento da Paixão, prefeito de Terenos (MS), acompanhado de Júlio César.

17h — Preside sessão deliberativa ordinária.

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 14/02, autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo governo de Pernambuco com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 90 milhões, bem como autoriza o governo de Pernambuco a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco; PLC nº 93/01, altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); redação final do PLC nº 102/00, altera dispositivos da Lei nº 8.457/92 (escolha de juízes militares para comporem os conselhos Especial e Permanente da Justiça Militar da União); e PDLs nºs 326/01, aprova o texto do Acordo de Exatidão entre os Estados Partes do Mercosul e as Repúblicas da Bolívia e do Chile; 366/01, aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre os governos do Brasil e da Eslovênia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

9h30 — Comissão Mista de Segurança
Pauta: discussão e votação da PEC que altera o art. 228 da Constituição federal para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de atas e relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC acaba com distorção em assembleia legislativa

Bernardo Cabral argumenta, em defesa de sua proposta aprovada em primeiro turno, que algumas capitais têm vereadores em número maior que o de integrantes da respectiva assembleia legislativa

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que corrige distorção existente na legislação que fixa o número de vereadores das cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Atualmente, o número de representantes do legislativo municipal de algumas capitais é superior ao de deputados que são eleitos para legislar para todo o estado.

A proposta, apresentada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), determina que o número de deputados das assembleias legislativas não poderá nunca ser inferior ao número de membros da câmara municipal da respectiva capital. O parecer do relator, senador Osmar Dias (PDT-



Proposta acolhida ontem pelo Plenário será submetida ainda a segundo turno de votação. Se mantida a aprovação, vai ao exame da Câmara

PR), foi pela aprovação. Ao defender sua proposta, Bernardo Cabral citou o exemplo do estado do Amazonas, que tem 24 deputados estaduais, e da cidade de Manaus, que possui 33 vereadores.

Novas regras podem acelerar a tramitação de processos

Projeto de lei aprovado ontem pelos senadores deverá contribuir para acelerar a tramitação de ações judiciais, promovendo simplificações nos atos previstos no Código de Processo Civil. De iniciativa do presidente da República, o projeto autoriza o juiz a fixar pena pecuniária para a parte que deixar de cumprir uma sentença.

A proposta, que será encaminhada à sanção, determina que a audiência no procedimento sumário terá de ser realizada em 30 dias, se a causa tratar de direito passível de transação, ou seja, se o juiz entender que a ação envolve apenas pagamento de dinheiro. A

materia eleva de 20 para 40 salários mínimos o valor das causas sujeitas a esse procedimento.

Um dos artigos fixa em dez dias o prazo para o devedor entregar o objeto de litígio. Os recursos do devedor estarão condicionados à apresentação de garantias financeiras ou bens ao juízo, sob pena de multa diária por atraso.

O projeto aprovado pelo Senado é fruto dos trabalhos de uma comissão criada em 1991, coordenada pelo então diretor da Escola Nacional de Magistratura, Sálvio de Figueiredo Teixeira, e pelo ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Athos Gusmão Carneiro.

Projeto disciplina desenvolvimento funcional dos servidores públicos

Por 62 votos a favor e nenhum contra, o Plenário aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que autoriza o serviço público a realizar processo seletivo no desenvolvimento funcional dos servidores que querem ter acesso a cargos mais elevados na carreira. Tal processo, no entanto, terá de ser aberto a qualquer servidor e a pessoa que não seja servidora pública.

O projeto original foi apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e não previa a participação de outros servidores e

não-servidores no processo seletivo. Durante a tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador José Fogaça (PPS-RS) apresentou substitutivo prevendo a participação de qualquer funcionário ou não-funcionário público.

Na mesma sessão, os senadores aprovaram o nome de Luiz Alberto Silva para exercer o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Também foi aprovado projeto que aprova a programação monetária do governo para o atual trimestre.

Moreira Mendes quer viabilizar turismo marítimo

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) informou ontem que solicitou à Consultoria Legislativa do Senado a elaboração de um projeto para viabilizar o turismo marítimo no Brasil. De acordo com o senador, a inexistência de lei definindo o que seja cruzeiro de cabotagem e cruzeiro internacional para navios de turismo cria uma série de dificuldades, já que não é possível regulamentar com precisão a forma de atuar dos agentes da Receita Federal, das

polícias Federal e Marítima e dos agentes de saúde. As diversas formas de tratamento em cada porto brasileiro e a burocracia são fortes entraves ao desenvolvimento da indústria de turismo marítimo no Brasil, enfatizou o senador.

De acordo com Moreira, um exemplo dessa situação é a resolução normativa, recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração, que passou a exigir visto de trabalho temporário para todos os estrangeiros que trabalhem a bordo de navios. Para o senador, essa resolução gera uma interferência indevida das autoridades trabalhistas brasileiras nos navios, "tornando impossível a operação de companhias que se prestam a esse tipo de serviço no Brasil". O parlamentar acrescentou que a medida causa ainda um custo alto para os navios com mais de mil empregados.



Moreira Mendes pede lei para turismo marítimo

Conselho de Comunicação deve ser instalado já, afirma Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enfatizou, ontem, a necessidade da imediata instalação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988. Várias entidades com assento no conselho, como a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert) e a Sociedade Brasileira de Cinema, já manifestaram disposição de indicar representantes, afirmou.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu que todas as providências da competência do Senado já foram tomadas. "Estamos aguardando a apresentação dos nomes e até já indiquei o senador Carlos Wilson (PTB-PE) para atuar como relator da matéria", disse.

Suplicy lembrou também que foi aprovada, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta de emenda à Constituição (PEC)



Suplicy destacou ainda prêmio recebido pela TV Senado

permitindo a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação. "Seria aconselhável que o conselho fosse instalado antes da aprovação final da PEC", disse.

O senador aproveitou a oportunidade para aplaudir a indicação da TV Senado como a melhor empresa de utilidade pública, prêmio concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), que congrega mais de 50 críticos de jornais e serviços. "Sou testemunha do extraordinário serviço de utilidade pública que a TV Senado presta divulgando o que se passa no Plenário e nas comissões da Casa."

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também manifestou seu reconhecimento ao bom trabalho da TV Senado, lembrando que a emissora foi idealizada e criada durante a gestão do senador José Sarney (PMDB-AP) como presidente da Casa.

Maguito aponta excesso de propaganda do governo goiano

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou em Plenário reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* denunciando que seis estados brasileiros ultrapassaram o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal para dívida,

enquanto três ficaram acima do teto para despesas com pessoal. Maguito criticou os gastos em publicidade do atual governo de Goiás, um dos estados que descumpriram o limite para a dívida.

Embasada em informações da Secretaria de Assuntos Sociais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a reportagem aponta que estouraram as cotas para dívida, além de Goiás, os estados de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Acima do disponível para gastos



Gasto excessivo é efeito da emenda da reeleição, diz Maguito

com pessoal estão Minas Gerais, Alagoas e Rio Grande do Sul.

Maguito Vilela acusou o governo goiano de estar "gastando excessivamente com publicidade e promoção pessoal".

— Nunca se viu tanta propaganda. Só em 2001, (o atual governo) gastou mais do que nós em quatro anos — disse o ex-governador de Goiás.

O parlamentar disse não ter dúvidas de que o gasto excessivo é efeito da emenda da reeleição.

— O governador de lá (Marconi Perillo) só pensa em reeleição — acusou o senador.

O representante goiano no Senado considerou "uma irresponsabilidade" o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, atitude que, em sua opinião, deve ser punida com as penas previstas em lei.

REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Senado aprova fundo para recuperar o rio

Por unanimidade, e em segundo turno, o Senado aprovou proposta de emenda à Constituição que teve como primeiro signatário o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) instituindo, por um prazo de 20 anos, o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. O fundo será constituído pela destinação de 0,5% do produto da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais.

O objetivo do Fundo da Bacia do São Francisco é custear programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do rio e de seus afluentes e de desenvolvimento sustentável da re-



Antonio Carlos Valadares: recursos combatem fragilidade

gião banhada por eles. Segundo Valadares, tomando por base o ano de 2000, a estimativa é de que a arrecadação gire em torno de R\$ 210 milhões por ano. A proposta, que recebeu o voto favorável dos 59 senadores presentes à sessão no momento da votação, será encaminhada para apreciação da Câmara dos Deputados.

Valadares destacou que a recente crise pela qual passou o setor energético demonstrou que existe uma fragilidade na vazão do Rio São Francisco. O senador explicou que essa fragilidade decorre de problemas ambientais – como o desmatamento, o assoreamento e a poluição –, que poderão ser minimizados com os recursos arrecadados pelo fundo.

Proposta de transpor águas gera debate em Plenário

Durante mais de uma hora, senadores dos mais diversos partidos defenderam a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Um dos temas debati-

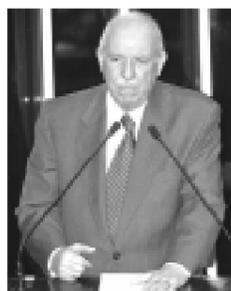


José Eduardo Dutra: cautela porque o rio estava morrendo

dos foi a transposição das águas do São Francisco para os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e parte de Pernambuco.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) explicou que, quando parlamentares dos estados banhados pelo São Francisco se mostravam cautelosos diante do projeto de transposição, não o faziam de forma mesquinha, mas por levar em consideração que o rio estava morrendo.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou que, até assumir o Ministério da Integração Nacional, defendia a transposição antes da revitalização. “Depois de ocupar o



José Alencar destaca transferência de águas do Tocantins

tomou conhecimento de que o próprio governador do estado, Siqueira Campos, possui estudo mostrando a viabilidade da obra. Para Roberto Freire (PPS-PE), o debate sobre a transposição não deve ser encarado apenas como questão econômica. “Temos que definir se queremos que parte do Nordeste se transforme em deserto ou não.”

Luiz Otávio (PPB-PA) concordou não apenas com a transferência de águas do Tocantins para o São Francisco, mas também com a transposição de águas da bacia amazônica para beneficiar estados nordestinos.

Senadores defendem aplicação de recursos



Francelino: transporte fluvial praticamente desapareceu



Calheiros lembra que fundo ajuda a recuperar natureza

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, defendeu a aprovação do Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, mesmo reconhecendo que os recursos alocados serão poucos, em torno de R\$ 210 milhões ao ano. Ele destacou que o dinheiro poderá ser utilizado como contrapartida para alavancar recursos externos para desenvolver o Vale do São Francisco.

Outro integrante da Comissão Especial do São Francisco, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou que o rio passa por um momento difícil, em que até o transporte fluvial praticamente desapareceu. Ele acrescentou que os recursos até agora destinados à conservação do São Francisco têm sido insuficientes. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu que os administradores dos recursos do fundo apliquem integralmente em benefício do rio todo o montante arrecadado.

– Espero que não se repita o que ocorreu com a CPMF – disse o senador, afirmando que, enquanto a arrecadação com a contribuição ia para a área de saúde, o governo retirava parcela importante dos recursos que destinava anteriormente ao setor.

A aprovação do Fundo do São Francisco, na opinião do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), resgata na prática o compromisso de todos os brasileiros com o rio conhecido como da “integração nacional”. Ele disse que com os recursos alocados poderá haver avanços na revitalização, recomposição das matas ciliares, recuperação ambiental e desassoreamento do rio. Lindberg Cury (PFL-DF) observou que a revitalização do rio também pode incentivar o turismo e desenvolver economicamente a região.

Na avaliação da senadora Marina Silva (PT-AC), as autoridades deveriam agir preventivamente na preservação dos recursos naturais do país e não deixar para tomar as iniciativas depois que os problemas estão agravados, como no caso do São Francisco.

– Depois de poluído, degradado e completamente inviabilizado, é que se discute a alocação de recursos – lamentou.

Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o fundo “vai devolver a possibilidade de dar à região seca e tórrida do Nordeste as veias da vida que a água há de propiciar”. Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), a situação atual do São Francisco retrata o que significam para o Nordeste as oligarquias.

– Mostra a decadência, a incompetência e a insensibilidade política dos que durante anos foram donos do poder – criticou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou que o Plenário tenha rejeitado em sessão anterior emenda de sua autoria destinando parte dos recursos do fundo para estudos sobre a viabilidade da transferência de águas do Rio Tocantins para o São Francisco.

Aposentadorias pagas pelo INSS são a principal renda no semi-árido

Durante audiência pública realizada ontem pela Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco, o diretor de Política Regional e Urbana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gustavo Maia Gomes, apresentou dados segundo os quais a principal renda das populações do semi-árido nordestino são os benefícios e aposentadorias pagos pelo INSS (R\$ 4,1 bilhões) e os salários dos funcionários públicos (R\$ 900 milhões), que beneficiam cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar de reconhecer a importância social da expansão das aposentadorias e dos empregos públicos, sendo que estes cresceram 57% entre 1985 e 1995 no chamado “Nordeste da seca”, o diretor do Ipea apontou que a saída econômica para aquela região não deve se basear no recebimento de transferências, mas na geração de produtos.

Ao concordar com as conclusões de Gustavo Gomes, o relator da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), disse que “ele mostrou que no semi-árido o fator dinâmico está no Vale do São Francisco, por meio da irrigação e da produção de grãos”. Para o senador, as informações trazidas pelo diretor do Ipea demonstrariam a necessidade de priorizar o uso da energia na ampliação da agricultura irrigada no Vale do São Francisco.

Novo ministro do Planejamento visita o Senado

O novo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, visitou ontem o presidente do Senado, Ramez Tebet. Segundo o ministro, os dois aproveitaram para conversar sobre a tramitação de matérias de interesse de sua pasta, inclusive o Orçamento da União.

— Discutimos a agenda de trabalho deste ano, que inclui uma série de matérias relevantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que será encaminhada em 15 de abril, e a lei orçamentária para o ano que vem. Enfim, fizemos uma avaliação ampla de temas do interesse do país, no âmbito do Congresso e do Executivo — informou o ministro Guilherme Dias.

Ramez Tebet é cumprimentado por sindicalistas

O presidente do Senado, Ramez Tebet, foi cumprimentado ontem pelo posicionamento que assumiu durante as negociações que culminaram no adiamento da discussão do projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estiveram em seu gabinete os presidentes de quatro confederações nacionais de trabalhadores: Jefferson Barbosa (educação e cultura), Jacir Gobbi (comércio), Edson Martins Areias (transportes marítimos, aquaviários e fluviais) e José Carlos Ramos, da Confederação Nacional do Trabalho.

— Viemos cumprimentar o senador pela posição firme de retirada da urgência do projeto. E ele deixou claro que a decisão sobre a matéria só acontecerá no ano que vem — disse o deputado Paulo Paim (PT-RS), que acompanhava os sindicalistas.

Jucá propõe nome de político para ponte em Roraima

Encontra-se na Comissão de Educação (CE), para ser analisado em decisão terminativa, projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que denomina "Olavo Brasil" a ponte sobre o Rio Arraia, na BR-401, município de Bonfim, em Roraima. Na justificativa da proposta, o senador informou que Olavo Brasil foi um pioneiro da política no estado.

Jucá afirmou que a história de Olavo Brasil confunde-se com a própria história de Roraima, já que, em 1865, a família do político homenageado migrou para o ex-território.

O senador acrescentou que Olavo foi prefeito de Boa Vista, em 1952, dirigente da UDN e da Arena, suplente de deputado federal e vereador por Boa Vista.

Comissão de Segurança decide hoje sobre redução da maioria penal

Proposta em exame torna imputáveis os menores entre 16 e 18 anos. Segundo o autor da PEC, Iris Rezende, atualmente os jovens nessa faixa de idade têm mais discernimento

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos deve ser votada hoje pela Comissão Mista de Segurança Pública. A decisão sobre a matéria, de iniciativa do senador Iris Rezende (PMDB-GO) estava prevista para ontem, mas, devido à polêmica que envolve o assunto, ele propôs o adiamento. A proposta estabelece o cumprimento da pena em condições especiais.

— Indiscutivelmente, menores de 15, 16 ou 17 anos têm discernimento maior do que jovens de 21 anos, anos atrás. Os meios de comunicação ampliaram o entendimento que os jovens têm do mundo — disse Iris Rezende, também presidente da comissão. O sena-



Entre Zulaiê Cobra e Moroni Torgan, Iris Rezende preside a reunião da comissão mista que começou a debater a redução da maioria penal

dor acrescentou que a inimputabilidade de maiores de 16 anos e menores de 18 induz o jovem a praticar crimes e permite a utili-

zação de crianças por pessoas inescrupulosas em atividades ilícitas.

Antes que fosse tomada a decisão do adiamento, os parlamen-

Célio Azevedo

tares discutiram a PEC. O relator da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), sugeriu a adoção de uma imputabilidade relativa, pela qual seriam punidos os crimes dolosos contra a vida praticados por menores. Ele salientou, inclusive, a possibilidade de que o assunto venha a ser decidido por plebiscito.

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) disse que a redução da maioria não pode ser objeto de emenda, por tratar-se de cláusula pétrea. O relator tem entendimento diferente. Para Moroni, apenas é cláusula pétrea constitucional a garantia de imputabilidade, podendo a idade mínima ser fixada sem a necessidade de reforma constitucional.

Começa votação da lei orgânica das polícias e bombeiros

Depois de aprovar a unificação das polícias civis e militares, transformando as instituições em uma única polícia estadual, a Comissão Mista de Segurança Pública começou a votação do projeto de lei orgânica das polícias e do corpo de bombeiros. A proposta regula a atividade de instituições que seriam extintas com a unificação, mas devem servir de base para o período de transição de oito anos, ao fim do qual deverá estar criado o novo Sistema Nacional de Segurança.

— A lei orgânica é um instrumento intermediário para disciplinar a transição — disse o relator da comissão, deputado

Moroni Torgan. A autora da matéria, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), lembrou que a tramitação do projeto de lei orgânica deve ser mais rápida do que a da proposta de emenda à Constituição que unifica as polícias.

O projeto de lei orgânica confere padrão nacional para as polícias nos estados, estabelecendo uma estrutura mínima, que inclui a progressão na carreira, os cursos necessários às promoções e as competências das instituições responsáveis pelo patrulhamento e pela investigação criminal. O texto votado pelos parlamentares recebeu contribuições de entidades representativas dos poli-

ciais militares e civis, que apresentaram 32 destaques ao projeto da deputada Zulaiê Cobra.

DESTAQUES

Ontem, a comissão concluiu a votação dos destaques à PEC da unificação das polícias. O período de transição para a nova estrutura, antes fixado em seis anos, foi alterado para oito anos. Por outro lado, o prazo para a elaboração da lei complementar foi diminuído de dois para um ano. O mesmo prazo deverá ser imposto para que os estados e a União criem as academias de polícias que formarão os profissionais da nova instituição.

A proposta garante os direitos dos atuais integrantes das polícias. Uma alteração importante é o estabelecimento da isonomia como regra na nova corporação.

O presidente da comissão, senador Iris Rezende, considerou altamente positiva a unificação. Ele disse que deputados e senadores têm a responsabilidade de ratificar até o meio do ano, nas duas Casas do Congresso, a proposta de unificação.

— Se o Congresso Nacional não transformar em lei a unificação, o povo certamente não vai receber bem os parlamentares que estiverem tentando a reeleição — afirmou Iris.

Violência doméstica poderá ser punida com maior rigor

O presidente do Senado, Ramez Tebet, vai agilizar a tramitação de projeto que ampara as mulheres vítimas da violência doméstica, atendendo a solicitação das representantes das bancadas femininas no Senado e na Câmara, respectivamente, senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e deputada Iara Bernardes (PT-SP), que o visitaram ontem. Tebet espera que o projeto seja aprovado em maio, como parte das comemorações do Dia das Mães.

O projeto permite que o

agressor seja afastado do lar por meio de decisão liminar. De autoria da deputada Nair Lobo (PMDB-GO), que também compareceu à audiência com Tebet, a proposta já foi aprovada pela Câmara e, no Senado, tem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— A mulher pobre muitas vezes silencia e não denuncia a agressão por não ter para onde ir. Com o projeto, preservamos o lar para



Ramez Tebet recebeu ontem representantes da bancada feminina no Congresso, que pediram rapidez na votação do projeto

a maioria da família, permanecendo nele a mulher com os filhos; quebramos a arrogância do homem agressor, que muitas vezes

ameaça a mulher com a perda de direitos se esta se afastar de casa para escapar da violência — disse Emilia Fernandes.

Márcia Kallume

Contrato do Ministério da Saúde pode ser investigado

Jefferson Péres deu parecer favorável a procedimento proposto por Geraldo Althoff, mas pedido de vista adiou decisão da CFC

Os integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) solicitaram ontem vista coletiva do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável à realização de procedimento de fiscalização para examinar a regularidade dos contratos firmados por órgãos públicos com a empresa Fence Consultoria Empresarial, acusada de suposta prática de escutas telefônicas.

O pedido de investigação foi feito pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e baseia-se, segundo a avaliação do relator, em informações publicadas na imprensa de que a empresa teria sido contratada pelo Ministério da Saúde, sob a gestão do senador José Serra (PSDB-SP), sem o devido processo licitatório.

Jefferson também considerou importante a observação de que os serviços contratados não mantêm correspondência econômica com os valores pagos, "o que reforça a suspeita sobre possível prestação, pela Fence, de serviços estranhos ao objeto dos contratos e nocivos aos interesses públicos", destacou.



CFC deve decidir na próxima reunião se aprova parecer de Jefferson favorável à fiscalização de contratos que podem envolver escuta telefônica

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), primeiro a solicitar vista da matéria, disse que não tinha intenção de adiar ou evitar a investigação, mas sim de aproveitar o comparecimento ao Senado do atual ministro da Saúde, Barjas Negri — com objetivo de falar sobre a dengue —, para esclarecer as dúvidas a respeito da Fence. Ele é o autor de requerimento para realização de reunião conjunta da CFC com a Comissão de Assuntos Sociais para ouvir o ministro.

— Minha intenção é dar mais transparência e agilidade aos trabalhos e não deixar essa questão (da Fence) se transformar em palanque eleitoral — declarou Jucá, assegurando que irá apresentar voto em separado ao relatório de Jefferson, ampliando as investigações, caso as dúvidas sobre os contratos não sejam dirimidas por Barjas Negri. Geraldo Althoff e Heloísa Helena (PT-AL) discordaram de Jucá, lembrando a distinção entre os dois assuntos, dengue e grampo telefônico.

CAS aprova projeto que beneficia celetistas da ECT

Cerca de 12 mil servidores celetistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) poderão ter direito à complementação de aposentadoria paga pelo Tesouro Nacional e não mais pelo Regime de Previdência Social, desde que tenham sido integra-



Rocha apresentou voto em separado aprovado pela comissão

dos ou admitidos nos quadros da empresa até 31 de dezembro de 1976. O benefício atinge os servidores do extinto Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) e deverá ser estendido a todos os ativos, inativos e pensionistas.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar, por unanimidade, voto em separado do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto da Câmara que estende a complementação de aposentadoria aos servidores da ECT. A matéria vai agora ao Plenário.

Apesar de favorável ao mérito

da proposta, o relator do projeto, senador Luiz Otávio (PPB-PA), havia solicitado o envio do texto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A sugestão foi rejeitada pelos senadores presentes, apesar de Luiz Otávio ter observado que sua solicitação contava com apoio da liderança do governo e dos próprios servidores da ECT.

ISONOMIA

Os senadores presentes defenderam a aprovação do mérito do projeto pela CAS sem a necessidade de a CCJ ser ouvida. Geraldo Cândido (PT-RJ), por exemplo, considerou o envio da questão à CCJ "medida protelatória". Isso porque o projeto já havia sido debatido intensamente pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, incluindo a de Justiça e Redação, que concluiu pela constitucionalidade da matéria.

Para a senadora Emilia Fernan-

des (PT-RS), o projeto de complementação de aposentadoria dos servidores do extinto Departamento de Correios e Telégrafos "é justo", pois trata apenas de isonomia salarial. Ela informou que já existem sentenças judiciais favoráveis aos servidores.

Sebastião Rocha, autor do voto em separado aprovado pela CAS, concordou com as colocações de Emilia e observou que o projeto iria corrigir uma grave distorção envolvendo aposentadorias no quadro de pessoal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Além do mais, observou, a complementação não causaria quase nenhum impacto financeiro nos cofres da empresa.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi favorável à aprovação do mérito do projeto pela CAS. Maguito Vilela (PMDB-GO) também achou justa a concessão de complementação salarial, a exemplo de Osmar Dias (PDT-PR), Moreira Mendes (PFL-RO), Ricardo Santos (PSDB-ES), Lindberg Cury (PFL-DF), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Audiência pública vai debater atuação do Banco da Terra

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade, requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando a realização de audiência pública destinada a apurar o desempenho do Banco da Terra no cumprimento de suas finalidades. De-



Osmar Dias aponta problemas no Banco da Terra

verão ser convidados a prestar depoimento à CAS o secretário-executivo do Conselho Curador do Banco da Terra, José Max Araújo Bezerra, e o presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Joarez Lima Henrichs. A data dos

depoimentos ainda será marcada.

Osmar justificou a audiência afirmando a existência de problemas operacionais que prejudicam a eficiência da atuação do Banco da Terra. Como exemplo, ele informou que somente no Paraná inúmeras

famílias, apesar de preencherem os requisitos cadastrais, não conseguem a efetivação do empréstimo. "Essas reclamações têm sido constantes e os prefeitos paranaenses sofrem pressões na tentativa de solucionar o problema".

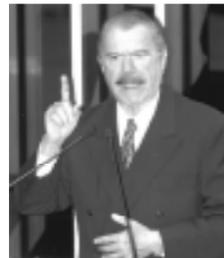
CCJ deve votar cotas para negros na próxima semana

O projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) instituindo cotas de ação afirmativa para os negros no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior teve seu alcance ampliado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A proposição deverá

ser votada prioritariamente na reunião da próxima quarta-feira. O relator acolheu emenda que prevê a ampliação das bolsas de estudo para os afro-descendentes, apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). De acordo com a emenda, haverá também cota para negros nas bolsas de estudo concedidas por entidades filantrópicas a partir de incentivos da Previdência Social. Sebastião Rocha modificou o texto ainda para definir que o poder público promoverá campanhas informativas e educativas que valorizem os "brasileiros afro-descendentes", e não, como no texto original, a "cultura afro-brasileira". Com essa modificação, segundo o relator, fica melhor identificada a população que deverá ser beneficiária da nova legislação.

Embora favorável à discriminação positiva prevista no projeto, o senador Roberto Freire (PPS-PE) chamou a atenção para o perigo de se denominar legalmente

as pessoas nascidas no Brasil, um país definido pela miscigenação, de "afro-brasileiros" ou de "afro-descendentes". Rocha concorda que haverá dificuldades na seleção dos beneficiários das cotas previstas no projeto de lei, mas destacou que o termo "brasileiros afro-descendentes" lhe foi recomendado, como o mais correto, pelas lideranças dos movimentos negros no país.



Sarney é autor da proposta de cotas para afro-descendentes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também disse ter dúvidas quanto à operacionalização da proposta, em vista do elevado grau de miscigenação no Brasil, o que faria com que um contingente muito grande de pessoas viesse a pleitear o benefício. Rocha entende, contudo, que a proposta original já dirime em parte essa dificuldade, ao considerar que a afro-descendência seria autodeclaratória, considerada válida após a publicação das mudanças feitas em registro de nascimento pelo interessado e publicadas no *Diário Oficial*.

Para Ornélas, as alterações promovidas pela CCJ no projeto de Sarney aproximam muito mais a proposta da reparação social desejada pelos movimentos negros, como consta de projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS).

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou, principalmente, a necessidade de uma reparação aos brasileiros afro-descendentes.

CCJ aprova ingresso de capital externo na mídia

A participação poderá ser de até 30%, conforme a proposta. A emenda constitucional, que será agora votada em Plenário, também permite que pessoas jurídicas sejam proprietárias de empresas de comunicação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição – já acolhida pela Câmara – que permite a propriedade de empresas de comunicação por pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e abre a possibilidade de participação de até 30% de capital estrangeiro nessas empresas.

De acordo com o texto, que será ainda submetido a dois turnos de votação em Plenário, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação serão privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Apenas uma emenda de redação, do senador José Fogaça (PPS-RS), foi aceita pela comissão. Ela esclarece que brasileiros natos ou naturalizados deverão deter pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A comissão rejeitou emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que previa a possibilidade de apenas pessoas jurídicas de capital nacional controlarem as empresas de comunicação.

Ao defender a emenda de sua autoria, Requião reconheceu a necessidade de capitalização das empresas de comunicação, mas argumentou que a participação de capital externo alteraria profundamente a lógica do modelo de comunicação adotado pelo país. Ele disse que a aprovação de sua emenda evitaria a “perigosa ingerência de grupos estrangeiros na gestão e na linha editorial dos veículos de comunicação”.

A emenda de Requião recebeu



A Comissão de Justiça debateu longamente a proposta relatada por Romeu Tuma (foto menor)

parecer contrário do relator da proposta, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Também foram rejeitadas duas emendas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que pretendia a criação de órgão regulador para outorgar concessões de rádio e televisão e que fossem submetidas ao Congresso mudanças do controle societário das empresas de comunicação, quando houvesse participação de capital estrangeiro. Suplicy retirou as emendas e anunciou que as reapresentaria como propostas autônomas.

CONSELHO

Durante o debate, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que eventual apresentação de emendas à proposta, em Plenário, motivaria o retorno da matéria à CCJ. Observou ainda que a imediata instalação do Conselho de Comunicação Social – previsto na Constituição e nunca implementado – poderia ser vista como um “gesto de boa vontade”. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que era a favor da instalação e que faria gestões junto

ao governo nesse sentido.

Os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM) informaram que eram favoráveis à proposta, mas se absteriam de votar, uma vez que seu partido havia assumido posição contrária à matéria. Também do PDT, o senador Sebastião Rocha (AP), que não é titular da CCJ, anunciou que, se tivesse direito a voto, votaria contra a PEC. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que manteria posição favorável já assumida pelo PSB na Câmara.

Ao recordar a rapidez das mudanças tecnológicas no setor de comunicação, José Fogaça defendeu a realização de alianças estratégicas entre capitais nacionais e estrangeiros – permitida pela proposta – como meio de se promover o acesso por parte de empresas brasileiras a tecnologias de última geração. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), sugeriu à bancada o voto favorável, enquanto o senador Luiz Otávio (PPB-PA) observou que a abertura no setor de comunicação já é uma realidade em muitos países.

Acolhido projeto que amplia controle de registro de imóvel

Com base em parecer do senador José Fogaça (PPS-RS), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que institui mecanismos de controle da emissão de registros e títulos de imóveis por cartórios e órgãos fundiários. O objetivo é inibir a grilagem de terras. Caso não haja recurso contra a decisão, a proposta seguirá diretamente para análise da Câmara.

Atualmente, a propriedade de um imóvel só pode ser contestada na Justiça. A proposta de Ademir permite que cartórios, por meio de processo administrativo, declarem nulos registros de imóveis. O projeto também inverte o ônus da prova sobre a legalidade do imóvel: uma vez declarado nulo o registro, caberá àquele que se intitula proprietário comprovar que a posse é regular.

De acordo com o projeto, que teve um voto contrário, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a identificação e o registro de imóvel deverão incluir uma descrição das características, limites, localização, área, denominação e registro do órgão fundiário estadual ou federal. Pela legislação em vigor, de 1973, não é necessário o registro do órgão fundiário.

– A proposta objetiva a defesa dos direitos fundiários e a reorganização dos registros de imóveis no país, ante a crescente falta de controle sobre os documentos



Ademir Andrade, autor do projeto: objetivo é inibir a grilagem de terra

cartoriais e a inexistência de conexão dos registros com os órgãos fundiários, especialmente o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) – explicou Fogaça.

Há elevado grau de irregularidades nos registros fundiários, disse, o que resulta em diferenças substanciais entre as escrituras e os controles do Incra. Dessa forma, continuou, o sistema oficial de controle da propriedade foi substituído por um sistema paralelo comandado por grileiros e “outras pessoas sem escrúpulos”.

– O descontrole fundiário enseja a pistolagem, o trabalho escravo, a extração irregular de madeira e fraudes nos cartórios que tomam por bases referenciais falsos, usurpando o direito de quem detém título legítimo – analisou o relator, apontando que o controle fundiário por satélite seria muito oneroso para pequenos proprietários.

Maus gestores de fundos de pensão podem ser punidos

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar, projeto de lei do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) que estabelece punição para os administradores de entidades de previdência complementar que obtiverem vantagens ilícitas para si ou outras pessoas. A matéria é terminativa na CCJ e será enviada diretamente para a Câmara, caso não haja pedido de um décimo dos senadores para votação em Plenário.

De acordo com substitutivo do relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a pena para esses administradores será de reclusão de cinco a oito anos, além de multa. Incorrem na mesma pena, segundo o texto, outras pessoas que tenham concorrido para a prática do crime, como membros de conselhos estatutários, auditores independentes, interventor ou liquidante da entidade. O projeto acrescenta artigo ao Código Penal.

Em seu parecer, Ornélas prevê

que a aprovação do projeto permitirá punir com maior rigor as condutas ilícitas de administradores de fundos de pensão. Ele observa que alguns dirigentes e ex-dirigentes desses fundos, com salário inferior a R\$ 10 mil, conseguiram, conforme dados publicados na imprensa, reunir fortunas superiores a R\$ 2 milhões.

PIB

De acordo com Ornélas, tem aumentado o número de fundos de pensão no país, atualmente com 360 entidades que, juntas,

têm patrimônio de R\$ 128 bilhões, quase 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao mesmo tempo em que viraram “potência econômica”, observa, muitos fundos destacaram-se na mídia devido a escândalos financeiros.

A má gestão das entidades, acrescenta o senador, tem provocado danos aos fundos, abalando o padrão mínimo de segurança econômico-financeira e atuarial das instituições e a proteção dos interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.



Antonio Carlos Júnior quer impedir vantagens ilícitas a administradores de previdência complementar

Mauro pede política de saneamento e moradia

Para o senador, os graves problemas sanitários do país são resultado da falta de prioridade do governo, que reduziu os investimentos no setor. Ele pede empenho da Casa para que o próximo presidente assuma política objetiva para a área



Mauro: crescimento desordenado das cidades é resultado da negligência do governo

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Qualquer que seja o próximo presidente da República, o Senado deve se empenhar para que ele tenha políticas objetivas na garantia de moradias e saneamento básico. A afirmação foi feita ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao condenar a ação do governo nesse setor.

— Essa foi a grande

falha do presidente Fernando Henrique Cardoso nesses oito anos de mandato. Não se viu nenhuma intervenção forte, nenhuma ação que o caracterizasse como preocupado com a qualidade de vida de nossas grandes cidades — declarou o senador.

De acordo com Mauro Miranda, o governo diminuiu consideravelmente os investimentos em saneamento básico desde 1998. Além disso, o Executivo vem restando verba orçamentária desti-

nada a essas obras, chegando a R\$ 596 milhões a cifra que deixou de ser investida nos últimos três anos, ou seja, um terço da verba destinada a populações carentes.

Mauro Miranda disse que a insuficiência de água encanada, a coleta reduzida de esgoto domiciliar, a destinação inadequada de lixo no país, com todos os efeitos danosos sobre a saúde da população, refletem a ausência de uma priorização efetiva

do saneamento básico pelo governo, assim como a falta de um planejamento adequado para implantá-lo.

O senador afirmou que, em razão dessa negligência, as cidades crescem desordenadamente, com um grande número de habitações sendo erguidas em condições impróprias. Ele destacou que o número de domicílios brasileiros que não contam com esgotamento sanitário somam 67% do total.

Santos quer modificar norma do BC sobre crédito para estocagem de café

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) anunciou ontem ao Plenário que encaminhará ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, uma proposta alterando resolução do BC que estabelece linha de crédito de R\$ 690 milhões para o financiamento da estocagem de café. Para o senador, é pacífica a necessidade de estocar o produto, dada a baixa demanda internacional e o excesso de produção na safra 2002/2003, mas os critérios de classificação do café adotados pelo BC teriam “profunda distorção, pois excluem o café arábica do Espírito Santo e o da Zona da Mata de Minas Gerais”.



Critérios adotados pelo Banco Central prejudicam agricultores familiares, diz Ricardo Santos

Na crise por que passa a cafeicultura nacional, disse o senador, é uma atitude discriminatória do governo desconsiderar os diferentes tipos de café produzidos no Brasil, como a resolução do BC o fez em relação ao café arábica tipo 7.

No Espírito Santo, a produção de café arábica envolve 23 mil pequenos produtores, compreendendo 53 mil famílias, que produzirão 2,5 milhões de sacas, explicou Ricardo Santos.

Embora nessas regiões sejam produzidos também grãos de qualidade, 75% estão fora da exigência da resolução do BC, que incluiu na linha de crédito para estocagem o café arábica tipo 6 e excluiu o tipo 7.

Ricardo Santos também defendeu a prorrogação das dívidas dos cafeicultores, a formação de estoques reguladores estatais — complementares aos privados — e a promoção dos cafés do Brasil no mercado internacional.

Ney Suassuna retorna ao Senado e rebate críticas

Em seu primeiro pronunciamento após o retorno ao Senado, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) rebateu reportagem da revista *Época* que o acusa de ter trocado verbas do Ministério da Integração Nacional por apoio político para as próximas elei-



Suassuna fez balanço sobre seu período à frente do Ministério da Integração

ções em seu estado, a Paraíba, e cita episódio envolvendo o prefeito do município de Monte Horebe. Suassuna apresentou nota publicada no *Jornal da Paraíba* em que o prefeito Elosman Pedrosa afirma que “a história não é exatamente igual ao que foi publicado pela revista”.

Suassuna fez um breve balanço do trabalho que desenvolveu nos 143 dias em que ocupou o cargo de ministro da Integração Nacional. Ele disse que pensava estar bem informado sobre o ministério, mas acabou aprendendo várias lições.

O senador afirmou que muitas demandas reprimidas foram atendidas com poucos recursos, acrescentando que o ministério “deveria chamar-se Ministério da Justiça Social e não da Integração, porque cuida dos mais pobres”.

Suassuna lembrou a atuação da Defesa Civil durante as enchentes que desabrigaram milhares de pessoas em todo o país e a criação de mais cinco mesorregiões (bolsões de pobreza) possibilitando que es-

sas populações tenham tratamento diferenciado para alcançar o nível de cidadania do resto do Brasil.

Os convênios firmados pelo ministério com organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), e autarquias governamentais como a Receita Federal, também foram destacados por Suassuna. Ele informou que a Receita liberou mais de 40 mil toneladas de roupas apreendidas do contrabando para distribuição em regiões carentes. Suassuna disse ainda que o ministério cuida mais da fruticultura do que o Ministério da Agricultura, além de financiar projetos de piscicultura, criação de camarões e de irrigação.

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) parabenizou Suassuna pela forma como se conduziu à frente do ministério. Ele disse ter ficado impressionado com o conhecimento do então ministro sobre os problemas encaminhados e como foram eficientemente atendidos. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elogiou a agilidade, eficiência e competência de Suassuna.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que Suassuna sempre respondeu prontamente aos pleitos de governadores, parlamentares e prefeitos.

Maldaner comemora a duplicação da BR-101

Em discurso pronunciado ontem, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou satisfação com o anúncio da duplicação da BR-101, principalmente no trecho entre Florianópolis, em Santa Catarina, e Osório, no Rio Grande do Sul, cidade em que a rodovia faz interseção com a chamada Freeway. Maldaner disse que a obra já recebeu a denominação de “duplicação da vida”, porque o trecho da estrada entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul forma uma espécie de “rodovia

da morte”, tal o número de acidentes e a intensidade do tráfego.

O senador lembrou que, ao longo dos últimos anos, houve manifestações populares, multidões se dando as mãos, atos públicos, tudo para pressionar o Ministério dos Transportes a realizar a duplicação. Houve dificuldades ambientais resolvidas junto ao Ibama, questões envolvendo terras indígenas, necessidade de construção de túneis, uma série de problemas a ser contornados para que a obra seja realizada.

A duplicação da rodovia vai



Casildo Maldaner lembrou as manifestações populares de apoio à “duplicação da vida”

permitir melhores condições para o transporte de mercadorias entre o Brasil e os demais países do Mercosul, além de representar segurança para quem trafega entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, disse o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson